



GRUPO PARLAMENTAR

- Gabinete MAP
- DAAEN.
99. 2. 3

MENCIONE-SE, PUBLICUE-SE
E EXPEÇA-SE

03 Fevereiro 1999

João José de Brito

Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 362/VII (4.a) - AC

782
99/2/3

Em vários meios de comunicação social têm-se sucedido as referências a assaltos e agressões a sacerdotes.

O Governo tem várias vezes anunciado, ao que parece sem qualquer êxito, a resolução do assunto.

Como? Não tem conseguido explicar.

Trata-se de uma mancha de insegurança que progride e assusta o comum dos cidadãos.

Sempre duvidei da eficácia das medidas do Governo e fiquei particularmente chocado com o crime cometido na passada semana.

Hoje, dia 2 de Fevereiro, no jornal "24 Horas" pude ler a notícia de um documento enviado aos dois Bispos das Dioceses do Distrito de Viseu que me levanta as maiores perplexidades.

Segundo o que vem descrito, uma das medidas propostas para garantir a segurança aos sacerdotes é a de os padres de paróquias vizinhas passarem a

requerer a habitar no mesmo local, porque o isolamento facilita a vida aos assaltantes.

- 4 FEV. 1999

f. V. Alves



GRUPO PARLAMENTAR

Pela estranha concepção de segurança que este conselho revela, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requero a Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna a seguinte informação:

se este conselho representa ou não a política do Governo a ser seguida para todos os casos congéneres,

designadamente, se pretende o Governo sugerir que não tem já condições de segurança dos cidadãos que vivem dispersos pelo território nacional e se pretende organizar uma solução de acantonamento.

Mais me atrevo a sugerir que V. Exa. proceda imediatamente a um desmentido público em relação a estas singulares instruções do Governador Civil de Viseu, sob pena de cair o mais completo ridículo sobre a política de segurança e a coordenação entre o Governo e os seus representantes distritais.

Do ponto de vista essencial e em função do preocupante problema que se levanta, solicito a V. Exa. se digne informar-me quais as medidas concretas que o Governo colocou em prática para o solucionar.

Palácio de São Bento, 2 de Fevereiro de 1999.

O Deputado,

(Carlos Encarnação)